



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 271/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10060/2013 (2 Vols.)

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Departamento Municipal de Trânsito de Maués – DEMUT.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sra. Margareth Mc Comb Magnani, Diretora Geral do Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT, exercício de 2012.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 67/2013 (fls. 200/212).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 426/2013-MP-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fls. 213/217).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: *Prestação de Contas Anual.
Departamento Municipal de Trânsito de Maués -
DE MUT. Exercício de 2012.*

*Contas regulares com ressalvas. Recomendação à
origem. Quitação à responsável.*

9-ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal,

9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas do Departamento Municipal de Trânsito de Maués - DEMUT, sob a responsabilidade da Sra. Margareth Mc Comb Magnani, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2- Recomendar à atual Administração que:

a) Observe com rigor os prazos para remessa dos registros analíticos e de todos os dados informatizados que devem ser encaminhados a esta Corte de Contas, via Sistema ACP/Captura, nos termos do disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução n. 07/2002 – TCE/AM;

b) Tenha maior cuidado no trato das regras orçamentárias e financeiras no âmbito da gestão pública e a estrita observância ao disposto no art. 4º da Resolução 07/02-TCE/AM e art. 54 e 55 da LRF;

9.3- Dar quitação à responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição nº _____

De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS-DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 271/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 10060/2013 – fl. 02

10- Ata: 50ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2013.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral